

COMISSÃO MISTA DE ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS

(Constituída nos termos do art. 2º, do Decreto Legislativo nº 6, de 2020)

5º Boletim Semanal

26 de junho de 2020

Nesta semana será divulgado o quinto boletim semanal da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada à Covid-19. Esse documento tem o objetivo de atualizar os membros do Congresso Nacional sobre os principais acontecimentos com relação à pandemia e com relação à atuação da comissão.

Das Audiências

No dia 23 de junho a Comissão Mista realizou audiência pública interativa com o Ministro Interino da Saúde, Eduardo Pazuello. A apresentação feita aos Parlamentares abrangeu informações quanto ao emprego do orçamento destinado à saúde, bem como quanto às principais ações do Ministério no enfrentamento da pandemia e quanto à forma de apresentação dos dados epidemiológicos, além de outros dados relacionados à Covid-19.

O Senhor Ministro informou que além dos R\$ 138,9 bilhões destinados no âmbito da Lei Orçamentária Anual de 2020, foram também destinados R\$ 39,3 bilhões em créditos extraordinários para o enfrentamento da Covid-19. Esse último valor corresponde ao somatório autorizado pelas Medidas Provisórias nº 924, 940, 941, 947, 967, 969, 970 e 976, de 2020. Além disso, informou que esse montante de R\$ 39,3 bilhões está sendo empregado para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), testes diagnósticos, aquisição de monitores, compra de ventiladores, remuneração de profissionais de saúde, auxílio financeiro emergencial às Santas Casas e hospitais filantrópicos, aluguel de leitos de UTI, produção de medicamentos, construção de Centro Hospitalar Fiocruz, repasse para estados e municípios para MAC (Média e alta complexidade) e PAB (Piso de Atenção Básica), além de repasse para enfrentamento da Covid-19 conforme indicação das bancadas. Em relação a cada uma dessas Medidas Provisórias, o Ministro apresentou os valores previstos para aplicação direta, transferência fundo a fundo, bem como os valores empenhados, pagos e o saldo existente. Desses R\$ 39,3 bilhões ainda há um saldo de quase R\$ 26,0 bilhões. O Ministro apresentou as seguintes justificativas por ainda haver saldo: dificuldade de aquisição de EPIs, ventiladores, equipamentos para terapia intensiva, e contratação de leitos, bem como emenda de bancada ainda em análise e provisão para pagamento de profissionais.

Entre as ações do Ministério da Saúde, o Senhor Eduardo Pazuello relata já ter habilitado 8.605 leitos de UTI exclusivos para tratar pacientes com a Covid-19; distribuído 4,4 milhões de comprimidos de Cloroquina, 8,5 milhões de cápsulas de Oseltamivir, 115,7 milhões de EPIs, 3,8 milhões de testes RT-PCR, 7,5 milhões de

testes rápidos e 4.852 ventiladores. O Ministro também citou a contratação de mais de 6 mil profissionais de saúde para reforçar o atendimento à população.

Foram mencionadas também novas orientações para atendimentos dos pacientes. O Ministério da Saúde passou a orientar que na presença de sintomas, o indivíduo deve procurar atendimento imediato para já iniciar tratamento medicamentoso. Além disso, o Ministério está utilizando uma estrutura intermediária para atendimento do paciente com Covid-19. São as Unidades de Suporte Ventilatório para atendimento inicial de casos de insuficiência respiratória. Assim, apenas os pacientes graves, como aqueles com comorbidades, agravamento da função renal, ou função cardíaca iriam para um leito de UTI. Nessas Unidades de Suporte Ventilatório, o paciente pode ser intubado, colocado em posição pronada, utilizar BIPAP e cateter de alto fluxo de oxigênio. O Ministro também falou da importância da utilização de Oseltamivir (Tamiflu) nas 48 horas iniciais de sintomas de influenza. Assim, pode ser evitado um agravamento do quadro no caso de ocorrência de infecção simultânea pelo SARS-Cov-2.

Com relação à transparência dos dados, o Ministro fez referência ao aperfeiçoamento do sistema e mencionou a necessidade de inclusão de dados importantes como a taxa de ocupação de leitos e fila de espera nas UTIs. Garantiu que em menos de uma semana esses dados estarão disponíveis. Relatou que os dados coletados desde o início da pandemia estão acessíveis. Já com referência à capacidade de testagem, o Senhor Pazuello mencionou que seria lançado material com orientações para testagem em massa, critérios para distribuição de testes, entre outras medidas pactuadas no âmbito do CONASS e CONASEMS (Conselhos das Secretarias estaduais e municipais de saúde).

A segunda audiência foi realizada em 25 de junho, de 2020, e contou com a presença do Governador do Amapá e Presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, Senhor Antônio Waldez Góes da Silva; do Governador do Mato Grosso e Presidente do Consórcio Brasil Central, Senhor Mauro Mendes; do Governador do Espírito Santo e Representante do Consórcio de Integração Sul e Sudeste, Senhor Renato Casagrande. O senhor Rui Costa, Governador da Bahia e Presidente do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, não pôde comparecer.

A primeira apresentação coube ao Senhor Renato Casagrande. Em sua fala, considerou que o Brasil ainda está em uma fase crescente da pandemia e que até o momento, no Espírito Santo, todos que necessitaram de assistência hospitalar tiveram acesso a atendimento. Entretanto, o Governador enfatizou que existem problemas decorrentes da falta de uma coordenação nacional do Governo Federal. Ponderou que houve uma politização do tema e que divergências nos diferentes níveis federativos, quanto às medidas necessárias para contenção da pandemia, prejudicam o seu enfrentamento. O Senhor Renato Casagrande valorizou a adoção do isolamento social e relatou que técnicos da área de epidemiologia do seu Estado previu o dobro de mortes se essa medida não tivesse sido tomada.

Com relação à retomada das atividades econômicas, o Governador do Espírito Santo também relatou que desenvolveram uma matriz de risco que qualifica os municípios como risco baixo, moderado, alto e extremo. Essa matriz considera critérios como coeficiente de incidência da Covid-19, letalidade, grau de isolamento do município, número de leitos de UTIs disponíveis, quantidade de pessoas acima de 60 anos e de pessoas dos demais grupos de risco. Relata que a maioria está no risco moderado e alto. A abertura das atividades não essenciais baseia-se nesses riscos. No caso de risco

extremo é aplicado o lockdown. Essas avaliações são feitas semanalmente em todos os municípios. Nesse contexto, a testagem é muito importante para avaliação dos riscos. O Governador mencionou que a taxa de testagem é de 23.000 por milhão de habitantes. Relatou também que a velocidade de transmissão da doença está reduzindo, mas ainda é crescente. Por isso reforçou a necessidade do isolamento. Outro ponto abordado pelo Senhor Renato Casagrande foi a falta de medicamentos. O Governador atribuiu o problema às mudanças de gestão no âmbito do Ministério da Saúde que atualmente não está sendo capaz de coordenar uma ação com estados e municípios. Ao final, reforçou mais uma vez a importância da coordenação central pelo Governo Federal e recomendou que o Ministério da Saúde coordenasse a compra de insumos.

A segunda apresentação foi feita pelo Governador Mauro Mendes. Relata que em sua região a pandemia demorou um pouco mais para chegar. E disse que não estavam preparados para atender a demanda. Considera que os esforços não têm sido suficientes para atender o grande número de pessoas contaminadas. Outro problema é a falta de medicamentos e preços exorbitantes. Devido aos altos valores, os gestores públicos estão com receio de comprar e serem alvo de um procedimento investigatório, e não querem responder eternamente por ações de improbidade. O Governador também relatou que há falta de médicos para as UTIs. Ademais, diversos profissionais abandonam seus postos de trabalho, são contaminados e precisam ser afastados como qualquer outro profissional. O Senhor Mauro Mendes reconheceu o apoio do governo federal, mas reclamou da falta de uma liderança nacional, e das trocas dos Ministros da Saúde em um momento tão crítico do país. Mencionou também que faltam medicamentos no SUS e também nos hospitais privados. O Governador solicitou ao Parlamento que os auxiliasse na questão da falta de medicamentos. Relata que não há mais o problema de falta de equipamentos e sim de medicamentos e profissionais de saúde. Também falou da importância do auxílio à população indígena, pois o índio está sob tutela federal.

Sobre a transparência dos dados, o Governador relata dificuldades, pois “*tudo é feito na correria*”. O problema é operacional e faltam pessoas. Por isso há essa dificuldade para alimentar os portais de transparência. Com relação à testagem, relata que recebeu pouquíssimos testes do governo federal. Sua meta é testar cerca de 20% da população. Ainda, mencionou problemas com a locação de uma máquina utilizada para os exames RT-PCR. O contrato não foi renovado e ficaram sem o equipamento por um tempo, pois o Ministério da Saúde não fez a renovação.

A última apresentação foi feita pelo Governador do Amapá, Senhor Waldez Góes. Em sua fala, relatou que o Amapá está aplicando um protocolo terapêutico precoce para tratamento da Covid-19. Tal conduta é apoiada por diversas entidades como o Conselho de Medicina e Ministério Público Estadual. Esse protocolo foi apresentado pelo Senhor Pedromar Valadares que, além de médico, é presidente do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COESP). O Senhor Pedromar Valadares ressaltou a importância da abordagem precoce, pois não se sabe quem irá evoluir para um quadro grave. Toda síndrome gripal pode ser Covid-19, assim é importante agir na fase inicial. Existem medicações que podem bloquear a ação do vírus. Essa abordagem tem reduzido muito a letalidade. Relatou que graças a esse protocolo, o Amapá é o quarto estado com menor letalidade. O tratamento precoce envolve cloroquina, azitromicina, ivermectina, dipirona sódica ou paracetamol.

O Governador do Amapá também mencionou que no dia 13 de março solicitaram 1000 respiradores para o Ministério da Saúde. Após 60 dias, os Estados tiveram que atuar sozinhos para o enfrentamento da pandemia, pois não receberam os

equipamentos. Relata ter reforçado a vigilância epidemiológica com ampla testagem e considera que esse foi o ponto forte para combater o agravamento. O engajamento da sociedade também foi muito importante. O Governador reforçou que continuam investindo em testagem e rastreamento dos infectados. Considerou a importância da profilaxia e do protocolo terapêutico precoce enquanto não tivermos uma vacina. A profilaxia envolve rastreamento dos contatos dos infectados, uso de máscaras e distanciamento social. Ao final, reconheceu que diante da novidade da Covid-19, inicialmente buscaram uma atuação integrada no âmbito dos Consórcios, mas posteriormente os governadores passaram a atuar de forma mais individualizada.

Da Execução Orçamentária e Financeira

A execução dos gastos da União demonstra que até 26 de junho, dos R\$ 404,18 bilhões previstos, R\$ 182,65 bilhões já tinham sido pagos pela União, o que representa aproximadamente 45% do total estimado.

Tabela 01 – Gastos da União com Covid-19

	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	12-jun-20	19-jun-20	26-jun-20
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Previsto	-	-	123,92	152,64	152,64	152,64	152,64
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade - Pago	-	-	35,78	76,86	76,99	95,53	95,57
Percentual pago	0%	0%	29%	50%	50%	63%	63%
Ampliação do Programa Bolsa Família - Previsto	-	3,04	3,04	3,04	3,04	3,04	3,04
Ampliação do Programa Bolsa Família - Pago	-	-	0,11	0,26	0,26	0,37	0,37
Percentual pago	0%	0%	4%	9%	9%	12%	12%
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - Previsto	-	-	51,64	51,64	51,64	51,64	51,64
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - Pago	-	-	0,33	6,83	9,82	11,12	11,72
Percentual pago	0%	0%	1%	13%	19%	22%	23%
Auxílio Financeiro aos Estados, Municípios e DF - Previsto	-	-	16,00	16,00	76,19	76,19	76,19
Auxílio Financeiro aos Estados, Municípios e DF - Pago	-	-	1,03	1,97	1,97	21,64	21,64
Percentual pago	0%	0%	6%	12%	3%	28%	28%
Concessão de Financiamento para Pagamento de Folha Salarial - Previsto	-	-	34,00	34,00	34,00	34,00	34,00
Concessão de Financiamento para Pagamento de Folha Salarial - Pago	-	-	17,00	17,00	17,00	17,00	17,00
Percentual pago	0%	0%	50%	50%	50%	50%	50%
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético - Previsto	-	-	0,90	0,90	0,90	0,90	0,90
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético - Pago	-	-	0,40	0,65	0,90	0,90	0,90
Percentual pago	0%	0%	44%	72%	100%	100%	100%
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito - Previsto	-	-	-	15,90	35,90	35,90	35,90
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito - Pago	-	-	-	-	15,90	15,90	20,90
Percentual pago	0%	0%	0%	0%	44%	44%	58%
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios - Previsto	0,01	5,49	23,53	45,33	49,87	49,87	49,88
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios - Pago	-	1,04	5,79	10,24	12,94	13,26	14,55
Percentual pago	0%	19%	25%	23%	26%	27%	29%
TOTAL - Previsto	0,01	8,53	253,03	319,45	404,18	404,18	404,19
TOTAL - Pago	-	1,04	60,44	113,81	119,88	175,72	182,65
TOTAL - Percentual pago	0%	12%	24%	36%	30%	43%	45%

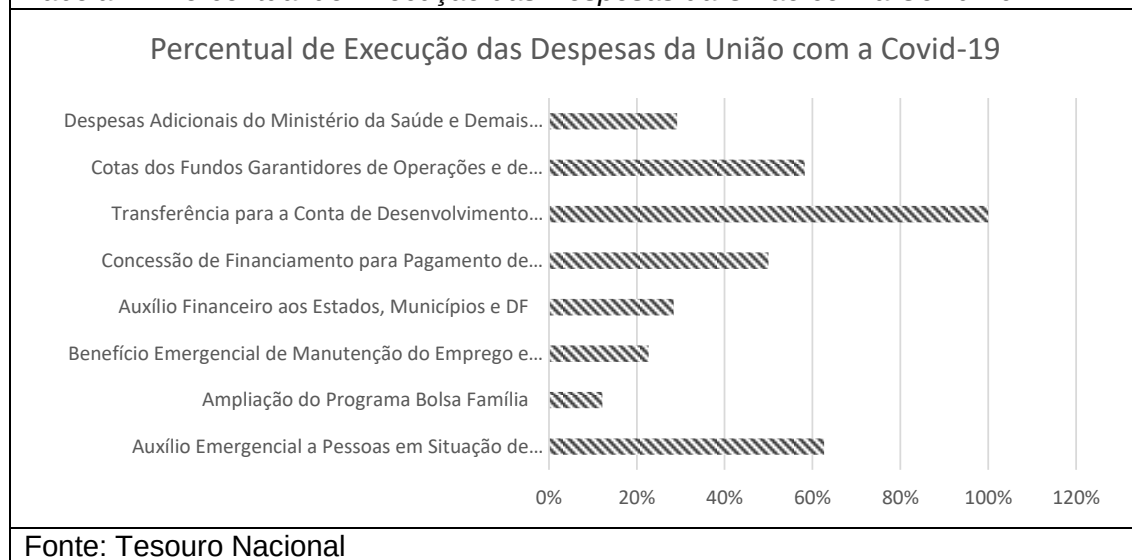
Fonte: Tesouro Nacional

Desse total, apenas a transferência de recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético tinha sido integralmente paga. Dos demais programas, a concessão de financiamento para pagamento de folha salarial já tinha executado cerca de 50% do valor previsto, ou R\$ 17,0 bilhões. O Auxílio Emergencial a pessoas em

situação de vulnerabilidade também já tinha executado aproximadamente 63% do previsto, ou R\$ 95,57 bilhões.

No extremo oposto, há programas com baixa execução, como as despesas adicionais do Ministério da Saúde e demais ministérios, cujo valor pago de R\$14,55 corresponde a apenas 29% do total previsto.

Tabela 2 - Percentual de Execução das Despesas da União com a Covid-19



Da Saúde Pública

O Ministério da Saúde tem aprimorado a apresentação dos dados relacionados à Covid-19. Até o dia 26 de junho, são 1.228.114 casos confirmados e 54.971 óbitos. No dia 19 de junho, há uma semana, eram 1.032.913 casos confirmados e 48.954 óbitos. Deve ser ponderado também que podem existir muitos óbitos notificados apenas como Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), caso não tenham sido realizados testes diagnósticos para Covid-19. O próprio site do Ministério da Saúde traz gráficos comparativos com o quantitativo de indivíduos hospitalizados por SRAG por semana epidemiológica nos anos de 2019 e 2020. Importante esclarecer que, por convenção internacional, as semanas epidemiológicas são contadas de domingo a sábado. A primeira semana do ano é aquela que contém o maior número de dias de janeiro e a última a que contém o maior número de dias de dezembro. Na 25ª semana epidemiológica foram 5293 hospitalizações por SRAG em 2020. Na mesma semana do ano de 2019 foram 1651 hospitalizações. Essa diferença entre os anos de 2019 e 2020 começou a aumentar de forma mais expressiva na 11ª semana epidemiológica (período de 8 a 14 de março). A maior diferença até agora ocorreu na 20ª semana epidemiológica (período de 10 a 16 de maio). Nesse período em 2019 foram 1888 hospitalizações para SRAG. Já em 2020 foram 29.794 hospitalizações. A SRAG pode ter como etiologia o SARS-Cov-2 ou outros vírus como o Influenza A, vírus sincicial respiratório, adenovírus, bem como agentes bacterianos diversos. Assim, para melhor análise da situação epidemiológica, enfatiza-se a importância da disponibilização de testes diagnósticos.

Outro ponto extremamente discutido nesta semana foi a falta de medicamentos em diversos estados, principalmente de anestésicos, sedativos e bloqueadores

neuromusculares. Esses medicamentos são utilizados no processo de intubação orotraqueal para ventilação mecânica. Nesse contexto, ressalta-se também a necessidade de melhor transparência quanto à compra e à distribuição desses medicamentos aos estados e municípios pelo Ministério da Saúde.

Tabela 3 – Evolução dos casos de Covid-19 no Brasil

	01/mar/20	01/abr/20	01/mai/20	01/jun/20	12/jun/20	19/jun/20	26/jun/20
Casos Totais	2	6.840	91.604	526.447	828.810	978.142	1.228.114
Casos recuperados					365.063	482.102	673.729
% do total	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	44,0%	49,3%	54,9%
Casos em acompanhamento					421.919	448.292	499.414
% do total	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,9%	45,8%	40,7%
Mortes	0	242	6354	29937	41.828	47.748	54.971
% do total	0,0%	3,5%	6,9%	5,7%	5,0%	4,9%	4,5%

* O Ministério da Saúde não divulga a trajetória dos casos recuperados e em andamento

Fonte: Ministério da Saúde

Das Políticas de Crédito

A Tabela 4 demonstra o status das medidas implementadas pelo Banco Central.

Tabela 4 – Medidas de combate aos efeitos da Covid-19

Medida	Impacto potencial	Status
Liberação de liquidez		
Compulsório + Liquidez de curto-prazo (LCR)	135 bi	Concluída
Liberação de adicional de compulsório	70 bi	Concluída
Flexibilização de LCA	2,2 bi	Concluída
Empréstimo com lastro em LF garantidas	670 bi	Em andamento
Compromissadas com títulos soberanos brasileiros	50 bi	Concluída
Novo DPGE	200 bi	Em andamento
Empréstimos com lastro em debêntures	91 bi	Concluída
Alteração no cumprimento do compulsório de poupança	55,8 bi	Em andamento
Total	1.274	
% do PIB	17,50%	
Liberação de capital		
Overhedge	520 bi	Concluída
Redução do ACCP	637 bi	Concluída
Redução do requerimento de capital para operações de crédito a pequenas e médias empresas	35 bi	Concluída
Redução do requerimento de capital das instituições de pequeno porte	16,5 bi	Concluída
Redução do requerimento de capital nas exposições de DPGE-DI	12,7 bi	Em andamento
Total	1.221 bi	
% do PIB	16,70%	
Dispensa de provisionamento por pactuação	3.200 bi	Em andamento
Outras medidas		
Linha de swap de dólar com Fed	US\$ 60 bi	Em andamento
% do PIB	4,10%	
Criação de linha de crédito especial para PMEs (PESE)	40 bi	Em andamento
% do PIB	0,50%	

Fonte: Banco Central

Com relação à concessão de crédito, a tabela 5 demonstra a dinâmica deste indicador desde o início da pandemia.

Tabela 5 – Evolução da concessão de crédito para pessoas físicas e jurídicas durante a Covid-19

CONCESSÕES SEMANAIS – PESSOAS JURÍDICAS			CONCESSÕES SEMANAIS – PESSOAS FÍSICAS		
Semana	R\$ bilhões		Semana	R\$ bilhões	
	2019	2020		2019	2020
1	23,4	34,2	1	8,6	10,5
2	18,1	20,9	2	13,3	14,8
3	20,6	23,4	3	12,7	14,4
4	18,9	26,0	4	10,9	13,2
5	26,4	27,5	5	11,8	13,4
6	20,7	25,7	6	12,4	14,8
7	21,9	26,4	7	14,9	15,9
8	24,5	33,8	8	12,6	16,6
9	32,0	41,2	9	11,7	14,8
10	31,8	30,4	10	13,2	14,2
11	21,8	38,4	11	15,0	16,9
12	23,9	52,0	12	12,8	14,3
13	41,6	52,1	13	11,9	11,1
14	22,2	34,2	14	10,8	11,4
15	20,1	32,3	15	13,6	13,0
16	23,9	31,0	16	13,7	16,1
17	24,9	29,8	17	11,9	14,7
18	31,5	34,8	18	12,3	12,2
19	24,8	30,1	19	14,0	14,5
20	23,0	26,3	20	12,8	15,0
21	26,6	24,4	21	12,0	12,5
22	31,6	30,8	22	11,7	12,2
23	25,0	24,9	23	12,5	12,7
24	25,0	26,0	24	14,7	16,1

Fonte: Banco Central

Com relação ao Programa Emergencial de Emprego (PESE), instituído pela Medida Provisória nº 944, de 2020, até o dia 15 de junho, já tinham sido beneficiados 1,834 milhão de trabalhadores, com um valor financiado de R\$ 4,1 bilhões.

Dos Programas Sociais

Com relação aos programas sociais, foram pagos R\$ 76,9 bilhões para 58,5 milhões de pessoas. O gráfico 1 abaixo ilustra os pagamentos e beneficiários, por tipo de cadastro.

Gráfico 1 – Auxílio Emergencial

